

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA
DIRETORIA DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - DIREN
DEPARTAMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS - DEREF
DIVISÃO DE FLORESTAS NACIONAIS - DIFLONA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data ____/____/____

cod. 301 000 55

PROGRAMA FLORESTAS NACIONAIS

SÍNTESE

Brasília, junho de 1997
(v. 1.01)

APRESENTAÇÃO

Este **Programa Florestas Nacionais** foi elaborado com base: no conjunto de documentos, dados e informações disponíveis de cada Floresta; no conhecimento das características e especificidades de cada unidade e do seu entorno, bem como das potencialidades sociais, econômicas e ambientais; no resultado do planejamento realizado (pelo método ZOOP) no VIII Encontro de Chefes de FLONAS ocorrido na cidade de Barbalha (CE), no período de 25 a 28 de novembro de 1996. Destina-se a recuperar, consolidar e fortalecer o Sistema de Florestas Nacionais. Pretende-se, com a implementação do Programa, a recuperação de Florestas Nacionais atualmente subutilizadas, consolidação de outras que demandam poucos investimentos a curto prazo, bem como o fortalecimento do Sistema como um todo, quer pela ampliação, quer pela dinamização sócio-econômica das potencialidades de cada uma em separado, assim como no conjunto.

O **Programa** está composto por onze projetos, sendo: *um projeto geral*, que contempla todos os aspectos de recursos materiais, humanos e financeiros necessários ao fortalecimento das 39 Florestas Nacionais legalmente constituídas no país; por *nove projetos específicos*, direcionados para o incremento das atividades produtivas das unidades, priorizando as suas vocações regionais, e para a dinamização do papel social que estas unidades representam no contexto das regiões em que se inserem; e por *um projeto de apoio*, destinado a viabilizar a contratação de recursos humanos para apoiar a implementação do Programa e fornecer a necessária agilidade operacional à mesma.

A execução deste Programa dar-se-á de forma articulada com a de dois outros, em fase de elaboração: **Programa de Manejo Florestal**, iniciado com uma completa avaliação dos planos de manejo dos nove estados da Amazônia em 1996, e o **Programa de Fomento e Reposição Florestal**. Embora a execução de cada um dos Programas independa da dos outros, a execução simultânea dos três visa dinamizar as atividades produtivas de distintos segmentos do setor florestal, desde pequenos e médios proprietários de terras, passando por comunidades que vivem de recursos da floresta, até grandes produtores e transformadores de matéria-prima florestal. Destina-se a contribuir, em essência, para o desenvolvimento florestal sustentado, num esforço de exercitar, com o envolvimento e integração desses segmentos, a conciliação dos três pressupostos básicos do desenvolvimento sustentado: o crescimento econômico, a distribuição dos benefícios dele oriundos e a manutenção do equilíbrio ambiental.

I. HISTÓRICO

A história das Florestas Nacionais brasileiras teve início na década de 1940, não obstante a inexistência dessa categoria de unidade de uso direto no Código Florestal vigente, o de 1934. Essas unidades foram inicialmente criadas como Parques Florestais, os quais, após a edição do Código Florestal de 1965, foram enquadrados como Florestas Nacionais - comumente referidas, no âmbito da administração pública, por FLONAS.

A intensificação da devastação da cobertura florestal ocorrida a partir daquela década no país e a supressão da vegetação de grandes superfícies já constatada nos outros continentes, sobretudo na Europa, despertou o interesse de técnicos e estudiosos da área no sentido de buscar soluções para tão grave problema.

A exploração florestal nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul ocorreu de forma tão sistemática e desordenada que os ecossistemas ficaram completamente comprometidos e descaracterizados. O Poder Público entendeu que providências urgentes se impunham no sentido de atenuar os efeitos inevitáveis de uma grave crise em perspectiva, com risco de paralisação ou inviabilização da indústria madeireira do país.

Foi então criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), pelo Decreto 3.124, de 19 de março de 1941, com o objetivo, entre outros, de "coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa da produção do pinho e contribuir para o reflorestamento nas suas zonas de produção".

Pouco tempo depois de criado, o INP deu início à aquisição de glebas de terras e passou a receber outras dos estados, em doação. Essas glebas foram transformadas em Parques Florestais e destinadas ao reflorestamento, notadamente com *Araucaria angustifolia*. Em 1944 o INP iniciou o reflorestamento no Parque Florestal "Romário Martins" (atual FLONA de Açunguí - PR), em áreas doadas pelo Estado do Paraná. Seguiram-se idênticas plantações nos Parques Florestais Getúlio Vargas (Capão Bonito - SP), Joaquim Fiúsa Ramos (Três Barras - SC), Manoel Henrique da Silva (Irati -PR), Assis Brasil (São Francisco de Paula -RS), Canela -RS, José Segadas Viana (Passo Fundo - RS), em glebas adquiridas pelo Instituto, mas sem os necessários estudos preliminares para o plantio.

Posteriormente, em 1947 e 1955 foram adquiridas as glebas onde se instalaram os Parques J. Mariano Filho (Passa Quatro -MG), Caçador e Chapecó, em Santa Catarina, perfazendo um total de dez Parques Florestais.

Em 1967 três órgãos federais foram fundidos para a criação de um novo organismo de desenvolvimento florestal. A fusão do Instituto Nacional do Pinho, do Instituto Nacional do Mate e do Departamento de Recursos Naturais Renováveis resultou no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF. Todos os Parques Florestais criados pelo INP passaram então à administração do IBDF e foram legalmente transformados em Florestas Nacionais, pois essa

categoria, como tal, estava agora contemplada no novo Código Florestal, editado em 1965. Ainda na década de 60 e na seguinte, novas FLONAS foram criadas, principalmente na região Norte.

No início de 1989 a fusão do IBDF com três outras instituições federais deu origem ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. As Florestas Nacionais passaram então à administração dessa nova instituição.

Com a criação de um Programa do Governo Federal, denominado Nossa Natureza, e já com a existência do IBAMA, foram criadas dezoito novas FLONAS na região Norte. No início da década de 90 foram criadas mais três unidades: uma na região Sul e duas na região Sudeste. No presente, o Sistema de Florestas Nacionais brasileiro conta com 39 unidades, que somam 12,6 milhões de hectares, distribuídos conforme consta na Tabela I do Anexo.

As FLONAS das regiões Sul e Sudeste desempenharam, durante muito tempo, papel fundamental no fornecimento de mudas de essências florestais, no suprimento de madeira aos mercados regionais e na regulação de preços. Mas com o aumento do desflorestamento naquelas regiões e com a Política dos Incentivos Fiscais para Reflorestamento, muitas empresas que se abasteciam de madeira nas FLONAS passaram a produzir sua própria matéria-prima, diminuindo a procura pelos produtos nelas disponíveis. De outro lado, o aumento da demanda de outros bens e serviços de natureza florestal, sobretudo a partir dos anos de 1980, tem induzido para a necessidade de ampliação do escopo de atuação daquelas unidades, que necessitam, hoje, desenvolver atividades que atendam de forma mais abrangente as regiões onde estão localizadas.

Já as FLONAS das regiões Norte e Nordeste, que se caracterizam por grandes áreas de vegetação nativa, foram criadas objetivando: suprimento dos mercados com produtos e subprodutos florestais; regulação de preços; abrandamento da pressão de explorações irregulares; integração das comunidades tradicionais em seu contexto - de modo a possibilitar-lhes a melhoria da qualidade de vida. Até o presente essas FLONAS não conseguiram cumprir, no entanto, na plenitude, esses objetivos. Isso se deve a um conjunto de fatores, dentre os quais pode-se destacar a facilidade de obtenção de madeira de forma ilegal, à inacessibilidade de várias dessas unidades pelos consumidores, à ausência de uma política florestal clara para a região, em cujo contexto as FLONAS estariam inseridas, e à carência de programas e projetos específicos para estas unidades. Soma-se a isso, a dificuldade do Estado de monitorar o conjunto de recursos florestais da região, circunstância limitante ao funcionamento eficaz do Sistema das Florestas Nacionais.

II. O PAPEL DA FLORESTAS NACIONAIS

Unidades florestais destinadas ao uso múltiplo do seu espaço territorial e de seus recursos, as Florestas Nacionais devem ser manejadas de forma a cumprir finalidades econômicas - sobretudo a geração de produtos e subprodutos da flora e da fauna, e em alguns casos, a exploração dos minerais - e finalidades supra-econômicas, como a recreação e o lazer; a proteção e conservação do solo, água e fauna; e manutenção e/ou embelezamento da paisagem.

A administração de um conjunto de Florestas Nacionais, em conjugação com outras categorias de Unidades de Conservação, representa uma das formas de participação do Governo Federal - complementarmente à participação da iniciativa privada - no cumprimento das tarefas do Setor Florestal e no preenchimento das funções protetoras e produtivas das florestas.

O longo do período de produção, a extensão e acessibilidade das áreas florestais, o dilatado horizonte temporal para o retorno do capital investido, e a necessidade de geração de serviços de natureza social apresentam-se como características peculiares da economia florestal, que transferem à responsabilidade do Estado a administração direta de parte dos recursos florestais. As Florestas Nacionais colocam-se como unidades de produção e manejo, que possibilitam ao Estado superar esse conjunto de características inibidoras das ações da iniciativa privada no âmbito das atividades florestais voltadas eminentemente para o atendimento de interesses de natureza social.

Embora seja um país com a metade de sua superfície recoberto por florestas, onde a maior porção localiza-se na região Amazônica, de vocação econômica intrinsecamente relacionada à atividade florestal, a área total decretada de Florestas Nacionais no Brasil soma 12,6 milhões de hectares, correspondendo a escassos 1,5% da sua superfície territorial.

Tabela 1- FLONAS por região e área respectiva

Região	Unidades	Área (ha)	%
Sul	9	15.022	0,12
Sudeste	5	13.183	0,10
Nordeste	1	38.626	0,31
Norte	24	12.527.989	99,47
Total		12.594.821	100,00

Deve-se ressaltar, no entanto, que apenas cerca de 1/3 do total desta área encontra-se hoje localizado em raios econômicos de produção (cerca de três a quatro milhões de hectares). Muitas unidades foram criadas para proteger o entorno de Reservas Indígenas e várias outras encontram-se localizadas distantes dos centros consumidores de matéria-prima florestal.

Nas Florestas Nacionais das regiões Sul e Sudeste a exploração de madeira e de outros produtos não madeireiros vem sendo praticada há quatro décadas; têm, portanto, ofertado volumes aos mercados regionais, embora nem sempre de forma persistente. Por outro lado, as Florestas Nacionais da região Norte não apresentaram, até o momento, qualquer contribuição à oferta de madeiras tropicais, apesar do grande potencial nelas existentes. A Tabela II do Anexo registra os principais usos atuais e potenciais de 24 Florestas Nacionais.

As estimativas mais recentes indicam que a produção de madeira em tora da Amazônia é da ordem de 60 milhões de metros cúbicos. Assumindo-se um volume médio comercializável de 45 m³/ha em áreas manejadas, haveria necessidade de manejar-se uma área de cerca 1,3 milhão de hectares por ano para realizar aquela produção corrente. Considerando-se um ciclo de corte de 30 anos para as florestas tropicais em regime de manejo, haveria necessidade de imobilizar-se, ao longo de 30 anos, 40 milhões de hectares para a produção madeireira na região, em regime de produção permanente. Isso corresponde a uma área superior a três estados do Acre destinada à produção, ou cerca de 8% de toda a Amazônia, ou a aproximadamente toda área de florestas tropicais manejada no mundo no início dos anos de 1980.

As Florestas Nacionais poderão ter importante papel nesse suprimento de madeiras tropicais, não só para o mercado nacional como também para o mercado internacional. Além de funcionar como regulador de mercado, papel desempenhado pelas Florestas Nacionais dos países com economia florestal forte, o manejo madeireiro nessas unidades funcionará como tampão ao acesso irregular ao recurso madeireiro atualmente praticado.

O manejo adequado dessas Unidades pelo Governo, em conjugação com a iniciativa privada e com as comunidades organizadas, permitirá dinamizar o Setor Florestal na região, regularizando a oferta de matéria-prima, aumentando a renda regional, melhorando a qualidade de vida das populações locais e do entorno, garantindo melhor eficiência ao sistema de monitoramento e controle, e maior estabilidade ao meio ambiente. A implementação do manejo requer, no entanto, a adoção de medidas de natureza política, econômica, administrativa e técnicas, capazes de propiciar um desenvolvimento regional assentado na proteção e uso de seu principal recurso, o florestal.

A percepção corrente do Governo é a de que o fortalecimento e ampliação do Sistema de Florestas Nacionais coloca-se como um dos instrumentos fundamentais na execução da política florestal nacional, e particularmente na região Amazônica.

No âmbito do IBAMA existe a convicção de que o Sistema deve ser fortalecido, sobretudo no momento em que, a partir da reorganização institucional do órgão, a gestão ambiental diretamente afeta ao Instituto terá como uma das prioridades os bens da União. Na área florestal, as FLONAS são as unidades de conservação produtivas mais importantes para o sucesso do manejo dos recursos naturais, no seu conjunto, e dos recursos florestais, em particular, no contexto do desenvolvimento sustentado, e complementarmente às áreas privadas de produção.

Além de um projeto geral, que trata das FLONAS no conjunto, o Programa contém um elenco de projetos específicos, destinados a ampliar os benefícios econômicos, sociais e ambientais de cada unidade, de acordo com as suas características, especificidades e potencialidades locais e regionais. Estes projetos estão integrados, no entanto, no contexto do papel multifuncional das Florestas Nacionais, da conjuntura econômica e ambiental das macro atribuições do IBAMA, do conjunto de respostas que o órgão deve prover à sociedade no geral, e da necessidade do atingimento da sustentabilidade econômica institucional.

III. PROJETOS COMPONENTES DO PROGRAMA

PROJETO	PRINCIPAIS OBJETIVOS	METAS
<p>1. Manejo florestal para produção de madeira nas Florestas Nacionais das regiões Sul e Sudeste</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a sustentabilidade da produção de madeira naquelas FLONAS <ul style="list-style-type: none"> • regularizar os desbastes • regularizar a produção • incrementar a produção • assegurar o plantio das áreas de corte final • Aumentar a arrecadação do IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzir anualmente: <ul style="list-style-type: none"> • 250.000 m³ de madeira de Pinus • 75.000 m³ de madeira de Araucária • 700.000 kg de resina de Pinus • Reflorestar anualmente 250 hectares com espécies de alta produtividade
<p>2. Implantação do manejo florestal para produção de madeira em Florestas Nacionais da Amazônia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Colocar cinco FLONAS da Amazônia em produção madeireira no período de três anos 	<ul style="list-style-type: none"> • Manejar 1.000 ha/ano em cada FLONA • Produzir 200.000 m³ de tora por ano nas 5 FLONAS
<p>3. Manejo de produtos não madeireiros em Florestas Nacionais da Amazônia</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar produtos florestais não madeireiros para exploração econômica • Treinar a comunidade para produzir em bases sustentáveis e de forma organizada • Iniciar o manejo dos produtos não madeireiros envolvendo as comunidades residentes nas FLONAS 	<ul style="list-style-type: none"> • Serão quantificadas após os primeiros levantamentos

PROJETO	PRINCIPAIS OBJETIVOS	METAS
4. Extrativismo florestal sustentável na Floresta Nacional do Araripe (CE)	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenar o <u>sistema extrativo</u> vigente na FLONA • Incorporar tecnologias ao <u>processamento</u> de produtos tradicionais • Aprimorar o <u>sistema de comercialização</u> vigente 	<ul style="list-style-type: none"> • Atualizar o cadastro de 400 famílias que praticam extrativismo na FLONA • Viabilizar a extração, de forma ordenada, de 50.000 kg de Fava d'anta anualmente • Viabilizar a produção anual de 500 l de óleo de Pequi • Incorporar 11 espécies vegetais extrativas à economia formal
5. Adequação tecnológica do manejo e produção de erva-mate nas Florestas Nacionais da região do Brasil SUL	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar tecnologicamente o manejo da erva-mate nas áreas de vegetação nativa e no sub-bosque dos povoamentos plantados das FLONAS da região Sul • Plantar erva-mate em consórcio com povoamentos de Araucaria próximo do final da rotação 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar o levantamento de 4.500 ha de ervais nativos das FLONAS • Treinar de 14 pessoas para controlar e fiscalizar a exploração dos ervais • Realizar o plantio e manutenção de 750 ha de ervais • Produzir 300.000 kg/ano de erva-mate
6. Ecoturismo em Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Diagnosticar o potencial de turismo ecológico de 8 FLONAS • Elaborar projetos para exploração do ecoturismo nas 8 unidades • Implantar, em parceria com a iniciativa privada, os projetos de ecoturismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Treinar pessoal para desenvolver a atividade de ecoturismo naquelas unidades • Implantar os projetos executivos de ecoturismo em 8 FLONAS, em 3 anos

PROJETO	PRINCIPAIS OBJETIVOS	METAS
<p>7. Uso de madeira de Florestas Nacionais na construção civil e fabricação de móveis</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar Projetos de: <ul style="list-style-type: none"> • Escritórios <u>regionais multifuncionais</u>, usando madeira de FLONAS • Habitação em <u>madeira</u> para servidores do IBAMA • Móveis de madeira das FLONAS para as unidades do IBAMA 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver: <ul style="list-style-type: none"> • três protótipos de casa para funcionários do IBAMA • um projeto executivo de escritório multifuncional do IBAMA • um projeto de móveis para as unidades do IBAMA
<p>8. Sistema de geoprocessamento para apoio à gestão de Florestas Nacionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Montar um Sistema de Informações Georreferenciadas para as FLONAS • Desenvolver metodologias para facilitar o acompanhamento do manejo e o monitoramento das FLONAS 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver bases cartográficas das FLONAS (drenagem, rede viária, altimetria, etc.) • Produzir carta imagem das FLONAS, para os temas: <ul style="list-style-type: none"> • geomorfologia • geologia • solos • vegetação • uso da terra e dos recursos • declividade
<p>9. Criação do Centro de Treinamento e de Eventos da Floresta Nacional de Ipanema (SP)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Readequar e instrumentalizar os espaços físicos da FLONA de Ipanema (SP) • Oferecer treinamentos específicos para pessoal do IBAMA e de empresas • Alugar para outras instituições o espaço da FLONA para realização de eventos técnicos, culturais e educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar 5 anfiteatros e um auditório • Adequar o alojamento e demais instalações • Equipar as instalações para um Centro de Treinamento e eventos

PROJETO	PRINCIPAIS OBJETIVOS	METAS
10. Projeto de fortalecimento do Sistema de Florestas Nacionais	<ul style="list-style-type: none"> • Manejar as FLONAS satisfatoriamente • Realizar a Educação Ambiental de forma efetiva • Controlar a pressão antrópica no interior das FLONAS e no entorno • Estabelecer mecanismos que viabilizem o gerenciamento eficaz das FLONAS • Implantar nas FLONAS infra-estrutura adequada ao cumprimento de suas funções técnicas, econômicas, sociais e ecológicas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fiscalizar sistematicamente as 39 unidades 2. Monitorar periodicamente as 39 unidades 3. Realizar levantamentos para <u>regularização fundiária</u> de 10 unidades 4. Divulgar as FLONAS 5. Implantar rede de <u>comunicação</u> 6. Implementar alternativas para viabilizar o quadro de <u>pessoal</u> das FLONAS 7. Capacitar e treinar recursos humanos 8. Planos de Manejo: <ul style="list-style-type: none"> • concluir de 2 unidades • revisar de 10 unidades • elaborar de 12 unidades 9. Desenvolver ecoturismo em 8 FLONAS 10. Incrementar a <u>produção madeireira</u> em 10 FLONAS (Sul-Sudeste) 11. Retomar a <u>Pesquisa</u> nas FLONAS do Sul-Sudeste e iniciá-la nas da Amazônia 12. Realizar estudos para <u>criação de novas</u> FLONAS (30 milhões de ha)
11. Projeto de apoio à implementação de Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a implementação do <i>Programa de Fortalecimento do Sistema de Florestas Nacionais</i>, bem como a coordenação e controle da sua execução 	<ul style="list-style-type: none"> • Onze projetos do Programa Florestas Nacionais executados; • Execução dos projetos do Programa Florestas Nacionais coordenada e controlada.

IV. CUSTO DO PROGRAMA

PROJETO	R\$			
	TOTAL	ANO I	ANO II	ANO III
1. Manejo florestal para produção de madeira nas Florestas Nacionais das regiões Sul e Sudeste	1.135.277	351.317	376.767	407.193
2. Implantação do manejo florestal para produção de madeira em Florestas Nacionais da Amazônia	510.630	277.780	232.850	
3. Manejo de produtos não madeireiros em Florestas Nacionais da Amazônia	1.760.260	1.146.000	574.260	40.000
4. Extrativismo florestal sustentável na Floresta Nacional do Araripe (CE)	339.500	280.500	59.000	
5. Adequação tecnológica do manejo e produção de erva-mate nas Florestas Nacionais da região do Brasil	781.824	117.554	216.052	448.218
6. Ecoturismo em Florestas Nacionais	315.720	315.720		
7. Uso de madeira de Florestas Nacionais na construção civil e fabricação de móveis	194.400	82.800	96.800	14.800
8. Sistema de geoprocessamento para apoio à gestão de Florestas Nacionais	1.842.150	955.150	687.000	200.000
9. Criação do Centro de Treinamento e de Eventos da Floresta Nacional de Ipanema (SP)	548.123	408.095	85.264	54.764
10. Projeto de fortalecimento do Sistema de Florestas Nacionais	8.436.510	4.946.590	1.744.960	1.744.960
11. Projeto de apoio à implementação do Programa	2.971.281	711.484	1.155.576	1.104.221
TOTAL	18.835.675	9.592.990	5.228.529	4.014.156

V. RECEITAS PREVISTAS

PRODUTO	1.000 R\$				
	ANO I	ANO II	ANO III	Ano 5	Ano 10
Madeira de Pinus	2.461	2.461	2.461	3.199	4.922
Madeira de Araucária	741	741	741	963	1.926
Madeira de floresta nativa	1.200	4.000	20.000	80.000	300.000
Resina de Pinus	418	418	418	543	836
Erva-mate	24	128	128	427	640
Produtos não madeireiros		300	500	600	1.000
RECEITA	4.844	8.048	24.248	85.732	309.324

ANEXO

TABELA I - FLORESTAS NACIONAIS EXISTENTES NO PAÍS

REGIÃO	Nº	NOME	UF	ÁREA (ha)
SUL	01	AÇUNGUI	PR	728,78
	02	CAÇADOR	SC	710,44
	03	CANELA	RS	517,73
	04	CHAPECO	SC	1.606,63
	05	IBIRAMA	SC	570,58
	06	IRATI	PR	3.495,00
	07	PASSO FUNDO	RS	1.328,00
	08	S. FCO. DE PAULA	RS	1.606,70
	09	TRÊS BARRAS	SC	4.458,50
SUDESTE	10	CAPÃO BONITO	SP	4.344,33
	11	IPANEMA	SP	5.179,93
	12	MÁRIO XAVIER	RJ	493,00
	13	PASSA QUATRO	MG	335,00
	14	RIO PRETO	ES	2.883,63
NORDESTE	15	ARARIPE	CE	38.626,32
NORTE	16	AMAPÁ	AP	412.000,00
	17	AMAZONAS	AM	1.573.100,00
	18	BOM FUTURO	RO	280.000,00
	19	CAXIUANÁ	PA	200.000,00
	20	CUBATÉ	AM	416.535,17
	21	CUIARI	AM	109.518,55
	22	IÇANA	AM	200.561,47
	23	IÇANA-AIARI	AM	491.400,27
	24	JAMARI	RO	215.000,00
	25	MACAUÁ	AC	173.475,00
	26	MAPIÁ-INAUINI	AM	311.000,00
	27	PARI-CACHOEIRA I	AM	18.000,00
	28	PARI CACHOEIRA II	AM	654.000,00
	29	PIRAIAUARA	AM	631.436,66
	30	PURUS	AM	256.000,00
	31	RORAIMA	RR	2.664.685,00
	32	SARACÁ-TAQUERA	PA	429.600,00
	33	TAPAJÓS	PA	600.000,00
	34	TATIRAPÉ - AQUIRI	PA	190.000,00
	35	TARACUÁ I	AM	647.744,00
	36	TARACUÁ II	AM	559.504,09
	37	TEFÉ	AM	1.020.000,00
	38	URUCU	AM	66.496,38
	39	XIÉ	AM	407.935,81
TOTAL				12.594.820,97

ANEXO
TABELA II - ATIVIDADES ATUAIS E POTENCIAIS DE 24 FLONAS

FLONA	Atividade atual e potencial
1. Canela - RS	Ecoturismo
2. Passo Fundo - RS	Manejo madeireiro (indústria), Ecoturismo
3. São Fco. Paula - RS	Manejo madeireiro (indústria), Ecoturismo
4. Caçador - SC	Exploração de erva-mate (indústria), Apicultura Manejo madeireiro (indústria), Piscicultura
5. Chapecó - SC	Exploração de erva-mate (indústria), Manejo madeireiro (indústria), Piscicultura, Ecoturismo
6. Três Barras - SC	Manejo madeireiro, Ecoturismo, Exploração de Erva-mate, Reflorestamento, Resinagem, Piscicultura, Produção de sementes
7. Ibirama - SC	Produção de sementes, Produção de palmito, Piscicultura, Ecoturismo
8. Irati - PR	Manejo madeireiro, Exploração de erva-mate, Casas de madeira
9. Açungui - PR	Manejo madeireiro (Araucária e Bracatinga)
10. Capão Bonito - SP	Manejo madeireiro, Resinagem, Reflorestamento, Produção de Mudas, Ecoturismo
11. Ipanema - SP	Heveicultura, Ecoturismo, Centro de treinamento e de eventos
12. Mário Xavier - RJ	Reflorestamento, Educação Ambiental
13. Passa Quatro - MG	Ecoturismo
14. Rio Preto - ES	Pesquisa, Recuperação de Áreas Degradadas, Educação Ambiental
15. Araripe - CE	Extrativismo Vegetal, Desenvolvimento comunitário
16. Tapajós - PA	Manejo madeireiro (indústria), Manejo madeireiro (comunidade), Ecoturismo, Produção de sementes
17. Saracá - Taquera - PA	Extrativismo vegetal, Produção de sementes, Manejo madeireiro (indústria), Mineração, Recuperação de áreas degradadas
18. Tapirapé - Aquiri - PA	Mineração, Manejo madeireiro, Recuperação de áreas degradadas
19. Caxiuanã - PA	Manejo madeireiro (várzea) Extrativismo vegetal
20. Tefé - AM	Manejo madeireiro(indústria), Ecoturismo
21. Mapiá-Inauni - AM	Extrativismo vegetal
22. Jamari - RO	Manejo madeireiro(indústria), Mineração, Produção de sementes, Desenvolvimento tecnológico, Recuperação de áreas degradadas
23. Bom Futuro - RO	Manejo madeireiro (indústria), Ecoturismo
24. Macauã - AC	Preparação do plano de manejo (comunidade e indústria)